

SUMÁRIO

Capítulo 1

Conceito e conteúdo do Direito Tributário

1.1	Delimitação do objeto de estudo do Direito Tributário.....	1
1.2	A elaboração do sistema teórico do Direito Tributário	3
1.2.1	Enunciado do problema	3
1.2.2	Etapas metodológicas mais destacadas.....	4
1.2.2.1	Primeira etapa: a absorção do Direito Tributário pela economia política e pelo direito privado.....	5
1.2.2.2	Segunda etapa: a elaboração de uma teoria jurídica do Direito Tributário.....	9
1.2.2.3	Inferência da exposição anterior: o método do Direito Tributário.....	11

Capítulo 2

Os princípios constitucionais tributários: legalidade e segurança jurídica

2.1	Âmbito próprio e manifestações do princípio da legalidade em matéria tributária	16
2.2	Âmbito próprio e manifestações do princípio da segurança jurídica.....	17
2.2.1	A ideia de certeza	18
2.2.2	A interdição da arbitrariedade	20
2.2.3	Antecedentes históricos do princípio da legalidade e seu acolhimento pelas Constituições espanholas	23
2.2.4	O princípio da reserva de lei.....	27
2.2.4.1	Conceito e caracteres fundamentais.....	28
2.2.4.2	Âmbito do princípio da reserva de lei em relação ao “estabelecimento de prestações patrimoniais de caráter público”	33
2.3	Significado atual e perspectivas do princípio da legalidade tributária.....	35

Capítulo 3

Os princípios tributários constitucionalizados

3.1	Princípios de justiça tributária.....	43
3.2	O princípio da generalidade.....	45
3.3	O princípio da capacidade econômica.....	46
3.3.1	Capacidade econômica absoluta e relativa	46

3.3.2 A capacidade econômica: os tributos, que não são impostos e a justiça tributária	49
3.4 O chamado princípio da progressividade.....	51
3.5 A justiça tributária e os tributos de ordenamento.....	55

Capítulo 4

A teoria tradicional das fontes do Direito Tributário: especial análise do decreto-lei, dos decretos legislativos e dos regulamentos autônomicos

4.1 Potestade regulamentar e faculdades interpretativas da administração	68
4.2 Natureza e efeitos jurídicos das diversas formas em que se manifesta o desenvolvimento das faculdades interpretativas da administração tributária	72
4.2.1 As disposições ministeriais interpretativas	73
4.2.2 As circulares	75
4.2.3 As consultas tributárias	76
4.3 A codificação das normas tributárias.....	80
4.3.1 Dificuldades	80
4.3.2 Necessidades	82
4.3.3 Formas	83
4.3.4 Consequências derivadas	84
4.3.5 A codificação tributária espanhola.....	85

Capítulo 5

A eficácia das leis tributárias ao longo do tempo

5.1 Início da vigência das normas tributárias	87
5.2 Término da vigência das normas tributárias	88
5.3 Determinação das situações e dos atos jurídicos regulados por uma norma.....	89
5.4 Norma tributária e norma orçamentária.....	95
5.5 Eficácia das leis tributárias no espaço	100
5.5.1 Apresentação geral.....	100
5.5.2 Territorialidade e residência efetiva	102
5.5.2.1 O princípio da residência.....	103
5.5.2.2 O princípio da territorialidade	106

Capítulo 6

A interpretação das normas tributárias

6.1 Superação de antigos erros.....	109
6.2 Aplicação da teoria geral da interpretação	110
6.3 A permanente tensão entre a forma jurídica e o conteúdo econômico: a interpretação do significado econômico das normas tributárias.....	114
6.4 Autonomia qualificadora do Direito Tributário	116
6.5 O sentido jurídico, técnico ou usual dos termos tributários.....	117

6.6	O significado do art. 12-1 e 2 da LGT	119
6.7	Analogia e interpretação extensiva	121
6.7.1	O problema na teoria geral do direito	121
6.7.2	O que proíbe o art. 14 da LGT?	124
6.7.3	A fraude à lei tributária: conceito e caracteres	126
6.7.3.1	O impedimento do fato impositivo ou a redução da base impositiva ou do <i>quantum debeat</i>	128
6.7.3.2	A obtenção dos mesmos resultados econômicos	129
6.7.3.3	A presença de atos artificiosos ou impróprios	131

Capítulo 7

A potestade tributária normativa

7.1	O conceito de potestade tributária normativa	137
7.2	Potestade tributária normativa e autonomia financeira	138
7.2.1	A potestade tributária normativa do Estado e das comunidades autônomas	141
7.2.2	A reforma do sistema de financiamento autônomo	145
7.2.3	A autonomia de províncias e Municípios	147
7.2.4	A para-fiscalidade	151
7.2.4.1	Colocação geral	151
7.2.4.2	Conceito	152
7.2.4.3	Evolução de seu regime jurídico	154

Capítulo 8

Conceito de tributo

8.1	Classes de tributos	164
8.1.1	O imposto	166
8.1.1.1	Conceito	166
8.1.1.2	Classes	168
8.1.2	A taxa	170
8.1.3	A contribuição especial	174
8.1.3.1	As dificuldades do conceito unitário de tributo e vias de solução	178
8.1.3.2	O dever de contribuir para a cobertura dos gastos públicos e os tributos com destino determinado	180

Capítulo 9

Elementos constitutivos do tributo

9.1	A hipótese de imposição	183
9.1.1	Conceito	183
9.1.2	Elementos	186
9.1.2.1	Elemento objetivo	186

9.1.2.2	Elemento subjetivo	187
9.1.2.3	Elemento espacial	188
9.1.2.4	Elemento temporal	188
9.1.3	Efeitos jurídicos	189
9.1.3.1	As normas de qualificação do fato impositivo	192
9.1.3.2	Conceito e funções do suposto de não sujeição tributária – não incidência (N.T.)	195
9.1.3.3	Não sujeição tributária – não incidência (N.T.) – e isenção	198

Capítulo 10

Os sujeitos da potestade de imposição: sujeito ativo; sujeito passivo da potestade de imposição e o sujeito passivo da prestação tributária; contribuinte

10.1	Os sujeitos da potestade de imposição	203
10.2	O sujeito ativo	205
10.3	O sujeito passivo da potestade de imposição e o sujeito passivo da obrigação tributária	209
10.4	Os sujeitos passivos da obrigação tributária	215
10.4.1	Colocação geral	215
10.4.2	Os sujeitos passivos na Lei Geral Tributária	217
10.5	O contribuinte	219

Capítulo 11

O substituto do contribuinte e o responsável

11.1	Considerações gerais	223
11.2	Características do substituto	224
11.3	A retenção por conta nos vigentes impostos sobre a renda das pessoas físicas e sobre sociedades. Sua possível consideração como uma forma de substituição tributária	227
11.4	O responsável pelo tributo	230

Capítulo 12

Capacidade, domicílio e representação – A capacidade na ordem tributária

12.1	Introdução: capacidade jurídico-tributária e capacidade de atuar	235
12.2	O problema dos entes sem personalidade jurídica	237
12.2.1	Resumo das posições doutrinárias em presença	237
12.2.2	O art. 35-4 da LGT	238
12.3	A capacidade tributária de atuar	241
12.3.1	A representação	242
12.3.1.1	Exposição geral	242

12.3.1.2	Representação legal e representação voluntária.....	242
12.3.1.3	Comprovação da representação.....	244
12.3.1.4	O domicílio fiscal.....	245
12.3.1.4.1	O domicílio das pessoas físicas.....	245
12.3.1.4.2	O domicílio das pessoas jurídicas.....	247
12.3.1.4.3	O domicílio dos não residentes.....	247
12.3.1.4.4	Regime jurídico do domicílio	248

Capítulo 13

A dívida tributária

13.1	Introdução.....	251
13.2	A dívida tributária como conteúdo da prestação de dar cm que consiste a obrigação tributária material.....	253
13.3	A cota tributária: base impositiva e tipo de gravame	256
13.3.1	A base impositiva: conceito e características	256
13.3.1.1	Métodos de determinação	259
13.3.1.1.1	Os métodos de determinação direta e estimativa objetiva	261
13.3.1.1.2	Conceito e classes.....	261
13.3.1.1.3	Diferenças que devemos estabelecer entre os métodos de determinação direta e estimativa objetiva	263
13.3.1.2	O regime de estimativa indireta	264
13.3.2	O tipo de gravame	265

Capítulo 14

A extinção da dívida tributária

14.1	Introdução: a diferença entre a obrigação tributária e a obrigação civil, sob o ponto de vista da extinção	269
14.2	O pagamento	271
14.2.1	Requisitos subjetivos.....	273
14.2.1.1	Sujeitos habilitados para realizar o pagamento.....	273
14.2.1.2	Sujeitos habilitados para receber o pagamento.....	274
14.2.2	Requisitos objetivos.....	276
14.2.3	Requisitos formais.....	276
14.2.4	Requisitos temporários	277
14.2.5	Consignação e imputação de pagamentos.....	278
14.3	A prescrição	279
14.3.1	Exposição e esclarecimento de figuras afins.....	279
14.3.2	Hipóteses de prescrição	280
14.3.3	Prazos de prescrição	280
14.3.4	Interrupção da prescrição	281
14.4	Outras formas de extinção.....	283

Capítulo 15
Garantias do crédito tributário

15.1	Privilégio geral sobre bens móveis e imóveis.....	288
15.2	Privilégio especial sobre bens móveis e imóveis (hipoteca legal tácita)	291
15.3	Direito de afetação.....	293
15.4	Direito de retenção.....	295
15.5	Garantias cautelares.....	296

Capítulo 16
O ilícito tributário

16.1	Exposição geral.....	299
16.2	Natureza do ilícito tributário	302
16.3	Características do ilícito tributário.....	304
16.3.1	Características do ilícito penal que conservam substancialmente sua vigência dentro do ilícito tributário	304
16.3.2	Características do ilícito penal que experimentam transformações dentro do ilícito tributário.....	305
16.3.2.1	Tipicidade	305
16.3.2.2	Culpabilidade.....	306
16.4	Posição do direito positivo, da jurisprudência e da doutrina perante o ilícito tributário.....	306
16.5	As infrações tributárias.....	313
16.5.1	Conceito de infração.....	313
16.5.2	Classes de infrações	319
16.5.3	Infrações que produzem prejuízo econômico direto à Fazenda Pública.....	320
16.5.4	Infrações que não produzem prejuízo econômico direto à Fazenda Pública.....	322
16.5.5	Infrações com risco de futuro prejuízo.....	322
16.5.6	Infrações sem risco de prejuízo futuro	324
16.6	As sanções tributárias.....	328
16.6.1	Exposição geral	328
16.6.2	Tipos de sanções	329
16.6.3	Quantificação das multas e critérios de graduação	331
16.6.4	Infrações que produzem prejuízo econômico direto à Fazenda Pública.....	331
16.6.5	Infrações com risco futuro para a Fazenda Pública	332
16.6.6	Infrações sem risco futuro para a Fazenda Pública.....	333
16.6.7	Graduação de sanções.....	334
16.6.8	Competência para a aplicação das sanções e procedimento	339
16.6.8.1	Sanções não pecuniárias.....	339
16.6.8.2	Sanções pecuniárias	339
16.6.9	Suspensão da executividade das sanções em caso de recurso.....	340
16.7	Extinção da responsabilidade derivada das infrações.....	340

16.8	Extinção de sanções	341
16.9	A remissão de sanções.....	342

Capítulo 17

Delitos contra a Fazenda Pública

17.1	Evolução histórica e avaliação global	345
17.2	Análise dos delitos contra a Fazenda Pública.....	348
17.2.1	O delito fiscal (art. 305).....	349
17.2.1.1	Elemento objetivo do delito	349
17.2.1.2	Elemento subjetivo do tipo.....	352
17.2.1.3	Sujeitos ativo e passivo do delito	352
17.2.1.4	Penas	353
17.2.1.5	A chamada excusa absolutória.....	354
17.2.2	O delito contábil (art. 310).....	355
17.2.2.1	Elemento objetivo do delito	355
17.2.2.2	Elemento subjetivo do tipo.....	358
17.2.2.3	Penas	358

Bibliografia	359
---------------------------	-----